

A RESTAURAÇÃO DO CONJUNTO RESIDENCIAL DO PEDREGULHO:

TRAJETÓRIA DA ARQUITETURA MODERNA E O
DESAFIO CONTEMPORÂNEO

FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL
Docente na graduação e pós-graduação da FAU-USP. É autora de diversos estudos e pesquisas sobre o Conjunto Residencial do Pedregulho e sobre história e preservação da habitação social no Brasil como os livros *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Social (Rio de Janeiro, 1946-1960)* e *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. Trabalhou na primeira etapa do projeto de restauração do Pedregulho, em 2004, na equipe coordenada por Alfredo Britto.
E-mail: flaviabn@usp.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp22p138-175>

A RESTAURAÇÃO DO CONJUNTO RESIDENCIAL DO PEDREGULHO: TRAJETÓRIA DA ARQUITETURA MODERNA E O DESAFIO CONTEMPORÂNEO

FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO

RESUMO

O Conjunto Residencial do Pedregulho, construído na década de 1940 pelo Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro, é uma das obras mais emblemáticas da arquitetura moderna brasileira. De autoria de Affonso Eduardo Reidy, representa como o desafio de oferecer habitação social foi enfrentado no país. Constituído como unidade de vizinhança, foi projetado para ter todos os serviços adjacentes à moradia em um único quarteirão: edifícios residenciais, escola, ginásio, piscina, posto de saúde, lavanderia e mercado. Divulgado nas principais revistas internacionais de arquitetura e reconhecido como ícone desde sua construção até sua restauração nos anos 2000, teve uma trajetória conturbada. Sofrendo com a falta de verbas para a construção, levou muitos anos para ser concluído, e, mesmo assim, em caráter parcial. A ausência de manutenção levou ao rápido estado de degradação física de muitas das edificações que o compõe. Embora tombado nos níveis municipal e estadual, o processo e o projeto para sua restauração levou alguns anos para se concluir e impôs muitos desafios. Em 2000 começaram as tentativas de restauração deste bem cultural, que levou uma década para ser concluída. Em 2015 a restauração do “Bloco A” foi finalizada, uma inédita realização neste campo para a habitação popular. Dentre os inúmeros conjuntos residenciais construídos no Brasil e na América Latina, a restauração do Pedregulho tem caráter pioneiro. O presente trabalho pretende discutir a restauração do Conjunto Residencial Pedregulho à luz de sua história, de seu projeto e de seus moradores, buscando apresentar as opções adotadas.

PALAVRAS-CHAVE

Conjuntos residenciais. Restauração. Arquitetura moderna.

RESTORING THE PEDREGULHO HOUSING PROJECT: THE COURSE OF MODERN ARCHITECTURE AND THE CONTEMPORARY CHALLENGE

FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO

ABSTRACT

The Pedregulho Housing Project, built in the 1940s by the Rio de Janeiro Public Housing Department, is one of the quintessential works of modern Brazilian architecture. Designed by Affonso Eduardo Reidy, it is emblematic of how the country dealt with the challenge of offering public housing to its citizens. A neighborhood unit, it was planned to include all community services within a single city block: residential buildings, school, swimming pool, health clinic, laundry and grocery store. Featured on leading international architecture journals and recognized as an icon from the time it was built until the 2000s, it had a troubled history. Suffering from a lack of funds for its construction, it took several years to complete – and even then, the original project was only partially implemented. Lack of maintenance led to the rapid decay of many of its buildings, and even though it was eventually listed by municipal and state agencies, the process and the project for its restoration took a few years to complete and presented several challenges. Attempts to restore this cultural asset began in 2000 and lasted throughout the decade. Restoration of “Building A” was complete in 2015, representing an unprecedented achievement for public housing in this field. Among the many housing projects built in Brazil and Latin America, the restoration of Pedregulho is a pioneering event. This paper aims to examine the restoration of the Pedregulho Housing Project in light of its history, its design and its residents, by seeking to present the options adopted by its stakeholders.

KEYWORDS

Housing Complex. Restoration. Modern architecture.

1 INTRODUÇÃO

Em 11 de setembro de 2015, dia da inauguração oficial da obra de restauração do Conjunto Residencial do Pedregulho, localizado no bairro de São Cristóvão na cidade do Rio de Janeiro (RJ), uma moradora afirmou à reportagem que cobria oficialmente o evento que “agora dá até orgulho de dizer que moro aqui.” Na mesma reportagem, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, afirmava seu espanto com a situação em que o edifício estava antes da restauração, ressaltando a qualidade e a importância da obra realizada. Embora a obra de restauro tenha sido inserida em um programa mais amplo de recuperação de conjuntos habitacionais do governo do Estado do Rio de Janeiro, o caso do Pedregulho se destacou dentre os demais, seja pelos valores da obra, seja pelas características do conjunto e de sua trajetória (MEDINA, 2015).

A percepção da moradora de que o olhar “estrangeiro” confere beleza à residência, aliada à fala do governador sobre a recuperação de algo extremamente degradado, dá conta do universo de desafios historicamente colocados para o edifício. A restauração é um momento na trajetória de um conjunto que foi duramente questionado ao longo de sua construção, largamente exaltado pela historiografia da arquitetura no Brasil e abandonado pelo poder público, ao mesmo tempo em que tornou-se objeto de interesse turístico. Os discursos de volta da beleza e do fim do abandono coadunaram as necessidades dos moradores de viverem em um local adequado e com o entendimento da obra

como patrimônio cultural. O restauro do Pedregulho foi um movimento inédito no contexto das obras de restauração da arquitetura moderna no Brasil, seja por sua escala de intervenção, seja pelo programa do edifício. Mesmo no contexto latinoamericano, em que inúmeras obras de habitação social moderna foram construídas, os movimentos de perpetuação desse legado às gerações futuras foram tímidos, com ações que pouco interviram no sentido de entendê-las como bens culturais (BONOMO, 2009).

O reconhecimento do Pedregulho como bem cultural por gerações de estudiosos, moradores e visitantes o colocou, apesar das muitas dificuldades, na condição de receber uma obra de intervenção que buscou respeitá-lo como objeto cultural. Embora a obra tenha se viabilizado com recursos da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (Cehab-RJ), no âmbito de um projeto mais amplo de recuperação de outros conjuntos habitacionais de propriedade do Estado, ela se realizou tendo como ponto de partida respeitar o seu caráter de bem cultural. O olhar voltado ao Pedregulho ao longo de sua restauração, da luta por sua recuperação, passando pela fase de projeto ao transcurso da obra, procurou compreender com profundidade a história da obra nas suas contradições, lutas e memórias.

FIGURA 1

Conjunto Residencial Pedregulho restaurado, 2015. Fonte: acervo pessoal.



2 PEDREGULHO: CONSTRUÇÃO E SOBREVIVÊNCIA

O projeto do Conjunto Residencial do Pedregulho foi elaborado entre 1946 e 1948 para um terreno na Zona Norte do Rio de Janeiro, no bairro de São Cristóvão. Projetado para ter 522 unidades e uma gama completa de equipamentos e serviços coletivos, o Pedregulho seria destinado para funcionários de baixos salários da prefeitura. Integrava-se à proposta de habitação social para a cidade do Rio de Janeiro elaborada pelo Departamento de Habitação Popular (DHP),¹ cujos pressupostos eram combater os crescentes e alarmantes problemas de moradia da então Capital Federal, onde favelas e moradias precárias cresciam.

O Departamento foi fundado em 1946 com a atribuição de construir conjuntos residenciais com base na industrialização e na padronização da construção. A feminista Carmen Portinho (NOBRE, 1999; NASCIMENTO, 2007) assumiu o papel de diretora a partir de 1948 e deu às habitações coletivas prioridade absoluta. Urbanista por formação e partidária dos ideais do Movimento Moderno, Carmen Portinho envolveu-se com a habitação social após estágio na Inglaterra em 1945, onde teve contato com os debates sobre reconstrução no Pós-Guerra. Na volta ao Brasil, passou a defender a realização de unidades autônomas de vizinhança. O Departamento protagonizou a repercussão da arquitetura moderna brasileira no exterior, testemunhou a metropolização do Rio e o aumento galopante de favelas. A resposta a esses problemas foram os conjuntos residenciais.

O ideário de habitação do DHP significava: unidades autônomas de vizinhança e próximas aos locais de emprego; moradia ligada diretamente aos serviços sociais, médicos e educativos, entendidos como extensão da habitação; blocos coletivos verticais, com a reserva de grandes espaços livres; separação do tráfego de pedestre do de veículos; serviço social voltado à educação quanto a um novo modo de morar; acesso à unidade habitacional através do aluguel, calculado com uma porcentagem do salário e descontado da folha de pagamento. Quatro conjuntos foram feitos nesses moldes, nenhum deles concluído conforme o projeto: Pedregulho, Paquetá, Marquês de São Vicente e Vila Isabel.

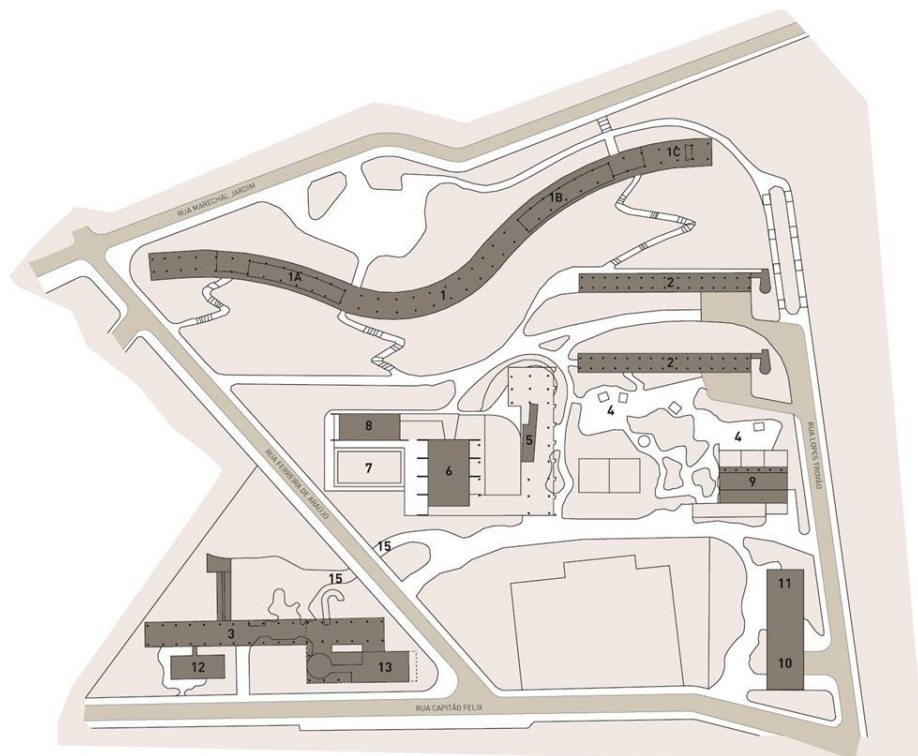
O projeto do Conjunto Residencial do Pedregulho foi elaborado em 1946 pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy, com o apoio da equipe do DHP. Reidy foi protagonista da arquitetura moderna no Brasil, um dos autores

1. Sobre a história do Departamento de Habitação Popular, ver NASCIMENTO, 2008.

do Ministério da Educação e autor do projeto do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (BONDUKI, 2000). Companheiro de Carmen Portinho e Diretor de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro, projetou o conjunto prevendo todos os elementos vitais ao funcionamento de uma unidade de vizinhança: escola, mercado, lavanderia, posto de saúde, blocos residenciais com apartamentos duplex, piscina com vestiários, ginásio, quadra esportiva, grandes jardins com *playground*, clube e creche.

FIGURA 2

Projeto do Conjunto Residencial do Pedregulho, 1948. Fonte: Organizado por Flávia Brito do Nascimento, desenhado por Natália Held, 2011.



- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| 1 Bloco A | 7 Piscina |
| Pavimento intermediário: | 8 Vestiários |
| 1A - Berçário | 9 Centro de saúde |
| 1B - Jardim de infância | 10 Mercado |
| 1C - Auditório | 11 Lavanderia |
| 2 Blocos B1 e B2 | 12 Creche |
| 3 Bloco C | 13 Escola maternal |
| 4 Playground | 14 Áreas comerciais |
| 5 Escola primária | 15 Passagem subterrânea |
| 6 Ginásio | |

Escala 1:3000

0 50 100



FIGURA 3

Posto de Saúde com painéis de Anísio Medeiros em primeiro plano e Bloco A em construção ao fundo, anos 1950. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Os desafios colocados ao grupo do DHP para a concretização do Conjunto Residencial do Pedregulho foram complexos e grandiosos.² Em 1948 iniciou-se sua construção e a primeira etapa foi inaugurada em 1950, com os blocos residenciais B1 e B2, a escola, o posto de saúde/lavanderia, o vestiário e a piscina prontos. O Bloco A ficou em construção ao longo de toda a década de 1950 e só foi inaugurado no início dos anos 1960, quando a proposta do DHP, tal como organizada por Carmen Portinho, já havia sido colocada de lado.

Tão logo inaugurado o conjunto, as críticas ao luxo das habitações e dos equipamentos para a população das favelas espalharam-se. Mas as ressalvas ao conjunto chegaram ao mesmo tempo em que os elogios e os prêmios internacionais. A plasticidade formal e a riqueza das soluções arquitetônicas impressionaram a crítica arquitetônica. As revistas especializadas consagraram o edifício dentre as diversas obras do Movimento Moderno no Brasil já cultuadas internacionalmente.³

2. Para a trajetória detalhada do Conjunto Residencial do Pedregulho ver NASCIMENTO, 2016, Capítulo 9.

3. O conjunto apareceu em várias revistas internacionais como *Architectural Forum* (1947), *Domus* (1948, 1951), *L'Architecture d'Aujourd'Hui* (1949, 1954), *Architectural Record* (1950, 1952, 1958), *Architectural Review* (1950, 1952, 1954), *Tecniques et Architecture* (1951), *El Emara & Fonoun* (1952), *Werk* (1953), *Progressive Architecture* (1955), *Architect & Buildings News* (1956), *Arquitetura México* (1957/1958), *Aujourd'hui, art et architecture* (1955), *Zodiac* (1960). Também nos manuais de arquitetura dos anos 1950, como *A decade of new architecture* de Siegfried Giedion, *Latin american architecture since 1945* de Henry Hitchcock de 1955, *Architettura moderna* de Gillo Dorfles, 1957; e *História da arquitetura moderna* de Leonardo Benévolo de 1956. Sobre a repercussão do Pedregulho nas revistas internacionais, ver CAPELLO, p.282-287, 2005.

FIGURA 4

Crianças em atividade no Ginásio do Pedregulho, anos 1950. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



A celebração internacional da arquitetura brasileira e o importante papel que o Pedregulho assumiu não amenizaram as tensões e as dificuldades internas na Prefeitura para sua finalização. Os impasses para a realização do conjunto tinham origem nos altos custos públicos para a construção, na convicção da impossibilidade de resolução do problema da falta de moradias com conjuntos no padrão de sofisticação do Pedregulho.

As dificuldades do conjunto, nos anos 1950, não foram dadas apenas pela finalização do Bloco A. Conforme o relatório das assistentes sociais feito em 1961, os muitos problemas diários como o mau funcionamento da lavanderia, a falta de limpeza dos lugares comuns, os problemas com as contas de água e luz, a admissão nas unidades residenciais sem atender a qualquer critério levaram as assistentes sociais a abandonarem o trabalho no Pedregulho (DPH,1961). O Bloco A, imagem do conjunto, foi ocupado somente nos anos 1960, quando finalmente foi concluído. Em 1962, moradores removidos da

Favela do Pinto, que originalmente habitariam outro conjunto do DHP, o Marquês de São Vicente, ocuparam subitamente uma parte do edifício. Segundo relatos colhidos por Helga Silva (SILVA, 2006) os apartamentos com terminação de 1 a 45 de todos os andares foram ocupados primeiro, o restante foi ocupado sem atender aos critérios do serviço social do conjunto, já sem funcionar havia algum tempo, seja por fatores políticos, seja por invasões, inclusive por funcionários da Prefeitura. Quando os moradores do Bloco A fixaram residência no conjunto, o DHP estava na eminência da extinção pelo governador Carlos Lacerda e a equipe organizada por Carmen Portinho já não atuava mais. Ela mesma aposentou-se nesse período, tendo uma profícua carreira como diretora da Escola Superior de Desenho Industrial, ligada ao governo do Estado e depois à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Sobre o episódio de saída do Departamento de Habitação Popular, Carmen falou em 1968, já como diretora da ESDI:

Com o govêrno do sr. Carlos Lacerda, deixei o Departamento de Habitação Popular. Os três conjuntos foram abandonados. No do Pedregulho, o capim cresceu. Alguns apartamentos foram entregues, cabendo aos ocupantes concluí-los por conta própria. Com o sr. Negrão de Lima, foi recuperado e feitas mesmo reinaugurações.⁴

O projeto social do DHP de transformação pelo morar só atingiu uma parcela dos moradores dos blocos B1 e B2, que se mudaram nos anos 1950. As dificuldades de ordem administrativa impuseram empecilhos para a integração dos moradores em seus espaços coletivos, o que foi agravado pela falta de recursos para a finalização das obras. Com o fim do Departamento selou-se a separação entre os serviços adjacentes à moradia – escola, posto de saúde e lavanderia – e os blocos residenciais. Em 1960, com Carlos Lacerda eleito governador da Guanabara, criou-se a Coordenação de Serviço Social (presidida por Arthur Rios) à qual o DHP passou a ser vinculado. O engenheiro Stélio Roxo tornou-se o diretor do Departamento, que manteve a incumbência de finalizar os conjuntos em andamento, mas as prioridades eram as políticas de

4. *O Cruzeiro*, 10 fev.1968.

reurbanização de favelas. Em 1962, com a posse de Sandra Cavalcanti como Secretária de Serviços Sociais, o DHP foi finalmente extinto. Os edifícios de habitação ficaram sob a responsabilidade da recém-criada Companhia Estadual de Habitação (COHAB) e os serviços administrados pela Fundação Leão XIII (NASCIMENTO, 2008).

O posto de saúde já tinha deixado de servir a comunidade local, funcionando desde 1953 como hospital. Até os anos 1990 funcionou com esse uso, mas em 1999 foi fechado. Em 2000, o Centro de Saúde foi depredado, tendo todas as esquadrias e elementos arquitetônicos retirados, ficando sem uso e extremamente exposto às intempéries, em estado de ruína iminente. A lavanderia funcionou até meados dos anos 1970. Não se sabe o destino dos equipamentos comprados pelo DHP. O mercado, instalado no mesmo edifício, funcionou até meados dos anos 1980 como padaria, açougue e armazém, sendo administrado pela Companhia Central de Abastecimento (COCEA), que realizava a licitação para os serviços (SILVA, 2006). Com o fim do mercado, a Fundação Leão XIII, que já se responsabilizava pelo Centro Social, ocupou suas instalações com uma garagem. A área contígua destinada à lavanderia transformou-se em depósito de produtos farmacológicos para serem distribuídos às demais unidades da Fundação.

Dos serviços adjacentes à moradia, o complexo da escola, ginásio e vestiários é o que se mantém em melhores condições físicas, embora separado do resto do conjunto por cercas. A escola foi transferida para a administração municipal quando se anexaram os demais equipamentos adjacentes, ginásio, piscina e vestiário e a quadra de esportes descoberta, que originalmente serviram para uso comum de todos os moradores do conjunto residencial.

Quanto às áreas livres, quando o DHP deixou de administrar o conjunto, alguns moradores responsabilizaram-se por sua manutenção, ainda que de modo precário. O jardim projetado por Burle Marx junto à escola, Bloco B1 e Centro de Saúde, pouco a pouco se descaracterizou e, em 1977, já estava tomado por mato (INEPAC, 1977). A configuração atual da praça foi resultado de reforma feita pela Fundação Parques e Jardins da Prefeitura, que a equipou com mesas e bancos para jogos e com uma pequena arquibancada com quadra, cercada nos anos 2000. A área livre

junto ao Bloco A nunca chegou a ter o paisagismo executado, e nela foram construídos um clube e estacionamentos.

Nos anos 1960 e 1970, o conjunto deteriorou-se fisicamente. A falta de manutenção, a ocupação desordenada dos apartamentos, a progressiva invasão das áreas livres e a ação do tempo foram dando-lhe marcas muito diferentes das que se percebiam nas fotos que correram o mundo. A reportagem *Os conjuntos residenciais do Estado serão entregues a funcionários favelados* dá a medida da situação do conjunto em 1964:

Depois de terem suas obras paralisadas durante oito anos, os conjuntos residenciais construídos pelo governo estadual serão brevemente concluídos e entregues a funcionários da Guanabara pelo Departamento de Recuperação de Favelas, da Secretaria de Serviços Sociais (...). Um dos conjuntos mais antigos, ocupado à medida que os apartamentos eram concluídos, é o do Pedregulho, do qual já estão terminados dois blocos e o maior encontra-se ainda pela metade (...).

O abandono era total, funcionando apenas a escola e o mercado. A lavanderia está fechada por falta de conservação do material, o clube esportivo não é utilizado e a piscina está seca. O bloco maior (...) sofre as consequências da paralisação das obras que agora são reiniciadas. Quando falta policiamento, a parte não habitada é alvo da ação dos depredadores, que invadem os apartamentos e destroem as instalações. Arrombam a porta de entrada, arrancam as portas dos armários da cozinha, levam o mármore da pia, retiram as partes internas e carregam o que podem das instalações dos banheiros, tirando os tacos, quebrando vidraças e sujando todas as dependências.⁵

No mundo especializado da arquitetura, no entanto, o conjunto já tinha ganhado fama e o mundo. Suas fotos continuavam a circular e a partir da segunda metade da década de 1950 a obra de Affonso Reidy crescia em importância, em realizações e em expressões, como o Aterro do Flamengo e o Museu de Arte Moderna (MAM).⁶

5. *O Globo*, 11 de abril de 1964.

6. O projeto do MAM data de 1953, o bloco escola ficou pronto em 1957 e o Edifício de Exposições em 1967. Mesmo em obras, foi ponto turístico do Rio de Janeiro, visitado por autoridades e pela elite cultural. BONDUKI (org.). Op. Cit., 2000.

FIGURAS 5 e 6

Bloco A do Pedregulho nos anos 1970 e nos anos 2000. Fonte: Arquivo Nacional e acervo pessoal.



A atribuição de valor ao conjunto como patrimônio cultural é percebida, ainda que timidamente, nos anos 1970, quando o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) incluiu o conjunto no inventário de bens culturais do Estado. A preocupação com o estado de conservação é explicitada na ficha de inventário:

Está claro que o tombamento e a restauração, propostos nesta ficha, são difíceis de serem realizados. A equipe julga, entretanto, que por sua importância deveriam ser sensibilizados os órgãos competentes. E, se essas providências não se verificarem, seria necessário, ao menos, restaurar o painel de Portinari, o painel de Roberto Burle Marx e os jardins (INEPAC, 1977).

A preocupação com o abandono do Pedregulho e com o grau de deterioração de obras icônicas da arquitetura moderna brasileira ganhou novos contornos na década seguinte. A partir de 1980, durante o período de redemocratização, as reivindicações por memória urbana e o alargamento do campo da preservação foram percebidas na atuação dos órgãos de preservação. A ampliação da valoração para além do “belo e do velho” viabilizou os tombamentos de novos bens culturais. A arquitetura moderna, embora

já tivesse algum reconhecimento pelo Iphan, foi inserida nas políticas de preservação a partir da inserção de novas práticas e estéticas arquitetônicas no país e de ambiente de crítica ao movimento moderno. A construção de memória da arquitetura moderna brasileira, com a publicação de estudos sobre o assunto, consagrou arquitetos e promoveu a preservação legal de diversos exemplares. A possibilidade de preservação legal ao conjunto do Pedregulho, que passaremos a discutir, ocorreu *pari passu* ao movimento mais amplo de valorização do moderno.

3 A ATRIBUIÇÃO DE VALOR AO PEDREGULHO E AS ESTRATÉGIAS PARA SUA CONSERVAÇÃO

A década de 1980 foi especialmente importante no Brasil para a construção de memória da arquitetura moderna. No contexto das ondas renovadoras do período da redemocratização, a crítica ao movimento moderno apareceu, aos poucos, nos novos periódicos como *Projeto e AU* e nos eventos profissionais. A percepção de superação conviveu muito proximamente com a exaltação dos grandes mestres da arquitetura brasileira, muitos ainda vivos, aos quais foram rendidas inúmeras homenagens e publicações. A construção de memórias do movimento moderno no Brasil se estrutura naqueles anos em face à mudança das práticas e dos paradigmas de projeto, conforme já discutimos (NASCIMENTO, 2016).

O envelhecimento, a mudança de usos e os problemas de manutenção atingiam obras diversas construídas em meados do século XX. Em muitos casos, mobilizavam-se os argumentos da inadequação e da falência do movimento moderno. A habitação de interesse social foi significativa desta percepção de frustração da experiência construtiva moderna. Ao evidente desgaste material aliou-se o discurso da falha do projeto e do mau uso das habitações. O Conjunto Residencial do Pedregulho é muito representativo desse processo, pois chegou aos anos 1980 com as marcas do tempo adquiridas após anos de falta de manutenção e abandono pelo poder público. Nesse contexto, em 1982, durante a 34ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica (SBPC), realizada em Campinas (SP), na mesa-redonda *A política habitacional brasileira: crítica e perspectivas*, coordenada pelo arquiteto Alfredo Britto, um abaixo-assinado foi feito solicitando ao Instituto de Arquitetos do

Brasil (IAB) “o tombamento do Conjunto Residencial do Pedregulho, de Affonso Eduardo Reidy, por ter este valor significativo para a política habitacional brasileira (...), dadas as mutilações que já vem sofrendo.”⁷ Fernando Burmeister, diretor do IAB, encaminhou o pedido ao Iphan e ao então Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro (DGPC). Em 1986, com parecer do conselheiro Alfredo Britto, o conjunto foi tombado pela prefeitura.

Considerando o significado do bem cultural em pauta para a história da arquitetura brasileira e das ações governamentais em busca de solução para o problema habitacional do País;

Considerando o pioneirismo e o acerto de soluções arquitetônicas e urbanas encontradas;

Considerando a qualidade estética do projeto de Affonso Reidy, marco da fase áurea da arquitetura brasileira pautada nas teorias de Le Corbusier;

Considerando a solicitação da Direção Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil;

Considerando o pronunciamento unânime do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, (...) fica tombado (...) o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes.⁸

O tombamento da prefeitura recaiu sobre todos os edifícios do conjunto e os painéis de Cândido Portinari, Anísio Medeiros e Roberto Burle Marx. O conselheiro Alfredo Britto, em seu parecer de tombamento de 1984, recomendara a tomada de medidas urgentes, “no sentido de articular com a associação local de moradores, uma mobilização geral para recuperar e manter o espaço e elementos construídos do conjunto.” Havia no conjunto grande queixa de abandono pelo poder público, mas percebia-se a disposição para encontrar procedimentos para sua recuperação. O pedido de tombamento chegou ao Iphan em 1982, quando técnicos vistoriaram

7. Alfredo Britto foi professor nos cursos de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na PUC-RJ, trabalhou em diversos projetos de arquitetura e de preservação do patrimônio cultural em seu escritório, o GAP/Grupo de Arquitetura e Planejamento, dentre os quais o do Arquivo Nacional e do Conjunto Residencial Pedregulho, ambos no Rio de Janeiro. Pesquisador de história da arquitetura brasileira, publicou livros e guias sobre o assunto, dentre os quais *Arquitetura moderna no Rio de Janeiro*.

8. Decreto n. 6383, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

o conjunto, relatando o mau estado de conservação das dependências, inclusive da escola, que ainda não havia sido restaurada, mas apontando para a vivacidade dos espaços internos dos blocos de habitação. O processo ficou sem encaminhamento até 1997, quando foi solicitada abertura de tombamento e a conclusão dos estudos em andamento.⁹

Apesar de tombado pela Prefeitura, as tratativas para sua restauração não foram muitas. Algumas poucas obras aconteceram por ação da Cehab-RJ, proprietária e gerenciadora do conjunto, mas muito superficiais e, principalmente, sem que o edifício fosse tratado como bem cultural. A intervenção mais sistemática foi a colocação de novo reboco em parte da laje do pavimento térreo do Bloco A, no encontro com a parede externa da fachada. Esta apresentava ferragens expostas dadas pela ação do tempo e da água que escorre em abundância pela fachada, corroendo o concreto e as ferragens. Não houve a remoção do emboço afetado em maior extensão do que o já comprometido, mas simplesmente o enchimento dos buracos abertos. O mais grave foi que não se enfrentou a obra na extensão da sua complexidade e dos seus problemas. A ação pontual e muito específica, para além de seus problemas técnicos, não partiu de encaminhamento coletivo, criterioso e sistemático do conjunto residencial, criando estratégias para seu enfrentamento.

Após mais uma iniciativa de intervenção pouco criteriosa no que se refere ao objeto como bem cultural, em 2000, o arquiteto Alfredo Britto interveio junto à Cehab-RJ chamando a atenção para o valor da obra e para a necessidade de um projeto de restauração, logrando a paralisação das obras. Após muitas idas e vindas, deu-se início ao processo de restauração do conjunto, começando pela criação, em 2002, do Conselho Curador Pró-restauração do Conjunto, sediado na Cehab-RJ, com página na *internet* e procurando mobilizar os interessados. Foi decisivo o sério trabalho da Associação de Moradores do Conjunto Residencial do Pedregulho (AMA Pedregulho), nas pessoas de Hamilton Marinho e Ziquinho,¹⁰ e, mais uma

9. IPHAN, *Processo n. 1386-T-97, Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, Pedregulho*. Os estudos de tombamento ainda estão em elaboração.

10. O presidente e o vice-presidente da Associação de Moradores lutaram por muitos anos pela conservação do edifício e relataram as dificuldades de gestão, por meio de uma Associação, de um conjunto cujo proprietário é o Estado, por meio da Cehab-RJ.

vez, do arquiteto Alfredo Britto. Os objetivos do grupo, composto por Cehab-RJ, Iphan, Inepac, Fundação Leão XIII, AMA Pedregulho, SPU, DGPC-Prefeitura do Rio e Alfredo Britto, eram:

- Reunir projetos, biografias, relatos, depoimentos, dados socioeconômicos, jurídicos e outras informações sobre o Conjunto Mendes de Moraes;
- Estudar, desenvolver e propor medidas, eventos, planos e projetos dirigidos à recuperação, restauro e regularização fundiária, imobiliária e urbanística do Conjunto do Pedregulho;
- Organizar, acompanhar e participar da execução dos eventos propostos;
- Divulgar a importância do Conjunto do Pedregulho e angariar apoio no meio público e privado para viabilizar a realização dos eventos propostos.¹¹

O processo foi apoiado pelo IAB-Rio, que promoveu uma campanha para o tombamento em nível federal do Pedregulho, pela criação de um conselho gestor interinstitucional para a solução dos problemas diversos, pela criação de condições de visitação pública e, por fim, pela sensibilização das autoridades públicas da sua importância exemplar (NAZARETH, 2008). A partir de 2000, a obra de Reidy foi objeto de alguns estudos acadêmicos, como livros, dissertações, teses e trabalhos finais de graduação, bem como de filmes e intervenções artísticas, os quais reiteraram o interesse e a importância da obra, chamando a atenção para o grave estado de conservação do Pedregulho, a obra do arquiteto que mais impressiona e atrai leigos e profissionais.¹²

O projeto Residência Artística no Minhocão, idealizado e coordenado por Cristina Ribas e Beatriz Lemos, foi a experiência de trabalho direto com os moradores feito por diversos artistas plásticos, críticos e historiadores, para

11. <<http://www.cehab.rj.gov.br/pred>> Acesso em 27 set. 2016.

12. O livro de BONDUKI, Op. cit., 2000, sistematizou informações sobre a trajetória e a obra de Reidy, dando acesso a imagens e textos fundamentais. Os trabalhos finais de graduação em Arquitetura e Urbanismo de Flávia Brito do Nascimento e de Helga Santos Silva, com propostas de restauração do Conjunto Residencial do Pedregulho, feitos, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense, respectivamente, foram ambos concluídos em 2000 e deram origem às dissertações de mestrado das autoras. Helga Santos Silva, *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (1946-1960)*, publicada em 2008. A dissertação de mestrado de Marcos de Oliveira Costa, defendida em 2004 na FAU-USP, também tratou da trajetória do Departamento de Habitação Popular. Os filmes de Ana Maria Magalhães *Lembranças do futuro*, partes 1 e 2, e de Ivana Bentes *Pedregulho – O sonho é possível*.

pensar conjuntamente sobre a obra como patrimônio e como habitação social, por meio das artes visuais (RIBAS; LEMOS, 2010). O projeto viabilizou-se pelo edital do Ministério da Cultura e do Iphan *Arte e Patrimônio*, lançado em 2007 para criar uma linha de financiamento a projetos que estabelecessem relações entre as artes visuais contemporâneas e o patrimônio histórico e artístico nacional. Selecionado em 2009, dentre 290 inscritos em todo Brasil, a Residência Artística no Pedregulho ocorreu em paralelo a mais outros nove projetos realizados nos municípios de Goiás, Brasília, Cuiabá, Florianópolis, Ouro Preto, Rio de Janeiro, São Raimundo Nonato, São Paulo, Viana e Vitória. As curadoras pensaram na experiência a partir das pulsantes premências do edifício e de seus moradores no ano do edital de restauração, em que a ansiedade pelas obras e a descrença frente ao poder público mobilizavam todos. Segundo Beatriz Lemos, o projeto foi defendido pensando em:

(...) chamar a atenção da opinião pública e da sociedade civil para o abandono e a carência de obras por que passava o Pedregulho, mas também observando contradições e impossibilidades do período moderno (...) (RIBAS; LEMOS, 2010)

Foram convidados artistas, críticos e arquitetos para o programa de residência artística no conjunto, realizado em quatro etapas (Residência 1: Jarbas Lopes e Katerina Dimitrova; Residência 2: Coletivo Kasa Vazia; Residência 3: Luiza Baldan; Residência 4: Frente 3 de Fevereiro), ao longo de quatro meses, no apartamento n. 613 do Bloco A, alugado para o projeto. Com a premissa do papel transformador da arte e do artista perante a sociedade e no seu potencial de propor reflexões, os artistas foram convidados a transformar o apartamento em ateliê aberto, extensivo às circulações e demais espaços do conjunto, propondo intervenções e interações as mais diversas no edifício e com os moradores. Entre oficinas, jantares, projeção de filmes, debates e desenhos, produziu-se uma horta comunitária, os moradores registraram com máquinas fotográficas seu cotidiano no edifício, a montagem da biblioteca de arte Minhoca na Pedra, a instalação do Komplexo Kultural no pavimento intermediário, um mutirão de catação de lixo, entre muitas outras obras.¹³

13. Para os colaboradores, convidados, consultores e relato da experiência, ver o catálogo do projeto. RIBAS; LEMOS (org.), Op. Cit., 2010.

A mobilização da riquíssima experiência da Residência Artística aconteceu em paralelo à publicação pela Cehab-RJ do edital de licitação para as obras de restauração do conjunto em 2009. O Projeto Arquitetônico de restauração do conjunto iniciou-se em 2004 com o levantamento arquitetônico e de danos do Bloco A, o qual, por problemas administrativos, só pode continuar em 2009.¹⁴

4 A RESTAURAÇÃO DO CONJUNTO RESIDENCIAL DO PEDREGULHO: CONCEITOS E PRÁTICAS

Com a mudança do governo estadual e a interveniência dos arquitetos Luiz Paulo Conde (vice-governador) e Sérgio Magalhães (secretário de projetos especiais), o conjunto voltou a ser objeto de ação e, em 2004, o escritório GAP – Grupo de Arquitetura e Planejamento, coordenado por Alfredo Britto, foi selecionado por licitação para elaborar o projeto de restauração de todo o conjunto. Sob a alegação de contenção de gastos, a iniciativa foi suspensa no período final da gestão desse governo. O primeiro produto do projeto de restauração, ainda em 2004, foi o Plano Estratégico – Projeto de Recuperação do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes/Pedregulho, que reuniu os problemas arquitetônicos de cada edifício do conjunto residencial, bem como as principais demandas da comunidade. O plano analisava os principais problemas de conservação do edifício e estabelecia critérios de restauro, entendendo o edifício como um bem cultural.

Algumas premissas para a restauração da arquitetura moderna foram estabelecidas de início, como o entendimento de que os métodos e critérios para a recuperação e restauração de monumentos produzidos pelo movimento moderno não diferem, em essência, daqueles aplicados aos edifícios produzidos em períodos históricos anteriores. As etapas de análise e as formas metodológicas de abordagem devem ter rigor teórico e técnico, independentemente de seu período de produção. Afirmou-se, ainda, o respeito à matéria de que são feitas as construções e a ideia de que “(...) a preservação deve ser feita para o homem e seu usufruto e não o contrário”.¹⁵

14. Equipe de projeto coordenada por Alfredo Britto em 2004, arquitetos: Flávia Brito do Nascimento, Verônica Natividade, Marco Antônio e Fabíola Sotoma. Equipe de 2009 de Alfredo Britto em parceria com o escritório Pontual Arquitetura.

15. GAP Op. Cit., 2004.

Para o Pedregulho, os critérios de abordagem de restauração indicaram a preocupação com os moradores e com a contribuição à melhoria de suas condições de vida. Para tanto, a manutenção do caráter do conjunto com o funcionamento e integração dos serviços adjacentes à moradia, como posto de saúde, mercado e escola eram fundamentais e foram previstas para a terceira etapa da obra. O projeto de restauração deveria atingir todos os edifícios do conjunto e restabelecê-lo, na medida do possível, à condição de conjunto habitacional. Segue a síntese dos principais critérios para a restauração do conjunto residencial, pactuados em 2004:

1. A restauração e recuperação do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes tem como objetivo primordial a devolução de importante patrimônio cultural à sociedade, não significando, entretanto, sua museificação. Pelo contrário, deverá resultar num organismo vivo que venha contribuir para a melhora de sua qualidade de vida de seus moradores;
2. Manter o caráter de conjunto, expresso nos elementos de arquitetura e urbanismo, salvaguardando as intenções de projeto e recuperando a eficiência de sua função;
3. Todos os edifícios do conjunto serão alvo de atenção, não se priorizando um em detrimento de outro, preservando-se, deste modo, a intenção original de conjunto;
4. Manter os materiais existentes coerentes com as características do conjunto, sempre que compatíveis com a proposta de utilização e quando o custo do restauro se mostrar viável;
5. Desde que condizentes com a época atual e de interesse da comunidade local, serão restituídos os usos originalmente destinados aos espaços ociosos, como posto de saúde, áreas livres, áreas esportivas, *playground*, pilotis dos blocos A, B1 e B2 e piso intermediário do bloco A;
6. Atender às demandas e necessidades decorrentes dos novos usos e exigências da vida contemporânea, desde que não impliquem no comprometimento dos critérios gerais de restauração. São problemas detectados: estacionamentos de carros, antenas de televisão, secagem de roupas no exterior do edifício, falta de segurança do conjunto, segurança interna de cada um dos edifícios, problemas de acessibilidade para portadores de deficiência ou com dificuldade de locomoção e coleta de lixo;

7. Remover as intervenções que prejudicam, do ponto de vista estético, a leitura da obra modernista, tais como muros, acréscimos e edificações irregulares;
8. Não haverá intervenção nos edifícios da escola, ginásio esportivo e vestiário, por estarem sob domínio do município do Rio de Janeiro e com conservação adequada. No entanto, acordos e ajustes deverão ser feitos a fim de se integrarem à proposta de restauração do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, restituindo-se à unidade programática do conjunto;
9. Restaurar os jardins originais de autoria de Roberto Burle Marx. Para tanto, torna-se pertinente e indispensável consultar a firma Burle Marx & Cia., sob a coordenação do arquiteto Haruyoshi Ono, detentora de toda documentação original e ampla experiência; a empresa poderá, também, prestar assessoria indispensável para a criação de organização comunitária destinada a implantação e conservação futura desses espaços. (GAP, 2004)

Em 2006, o governo do estado eleito no ano anterior acionou a Cehab-RJ para empreender uma ação de regularização, reforma e restauração do Pedregulho. Pouco mais de três anos depois, em 2009, foi realizada uma licitação para a elaboração dos projetos de arquitetura e contratada a empresa Pontual Arquitetura, tendo Alfredo Britto como coordenador de equipe. Com base no Plano Estratégico elaborado em 2004 foi desenvolvido, entre 2009 e 2010, o anteprojeto para recuperação e restauração do conjunto.¹⁶

Em dezembro de 2010 finalmente iniciaram-se as obras no Bloco A, com a contratação da empresa construtora Concrejato Serviços Técnicos de Engenharia¹⁷ para a execução de serviços emergenciais de recuperação estrutural na laje do primeiro pavimento, remoção do lixo que acumulava há décadas no pavimento térreo, revisão das instalações hidrossanitárias (que implicou, posteriormente, na reforma das instalações dos banheiros dos apartamentos do primeiro pavimento),

16. Entrevistas com o arquiteto Alfredo Britto realizadas entre os anos 2010 e 2015.

17. A Concrejato é uma empresa do Grupo Concremat, fundada em 1978 para a execução de serviços especializados de recuperação e reforço de estruturas e restauração. In: MELLO; ERLING, 2011.

revisão da cobertura (todos no Bloco A) e cercamento do conjunto. A complexidade dos danos e a gravidade da situação material do edifício postergou os serviços emergenciais, chamados de 1ª Fase, que se estenderam por todo do ano de 2011.

Além da importância das obras em si, o fato fundamental foi que elas criaram uma condição de inevitabilidade para a realização das obras de restauração nas partes internas (áreas comuns e banheiros dos apartamentos do primeiro pavimento) e externas do Bloco A. Em todas as etapas da obra os moradores permaneceram em suas residências, acompanhando de perto os seus passos e convivendo com os inconvenientes. Para envolver a comunidade no projeto, foram oferecidas oportunidades de trabalho aos moradores do conjunto e que fossem trabalhadores da construção civil. Além disso, o presidente e o vice-presidente da Associação de Moradores do Pedregulho, respectivamente Hamilton Marinho e Ziquinho, foram contratados como funcionários da obra, servindo como mediadores imprescindíveis entre as demandas técnicas da obra, da realidade cotidiana e dos moradores.

A primeira fase da obra de restauração foi acompanhada pelo Núcleo Experimental de Educação e Arte do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-Rio) e pela artista plástica Virgínia Mota. Com o apoio da empresa responsável pelas obras, a Concrejato, a artista elaborou um vídeo sobre o Pedregulho a partir do olhar dos moradores e dos operários para trazê-los ao centro dos debates e das reflexões sobre a restauração. O primeiro filme, *Pedregulho*, foi exibido aos trabalhadores no MAM, com a liberação de uma tarde de trabalho da Concrejato, quando puderam conhecer o museu e a obra de Affonso Eduardo Reidy. O filme, feito com os trabalhadores envolvidos no processo de restauração, mostra visões sobre o Bloco A e os desafios para o encaminhamento dos problemas:

Aqui o que eu vejo que é uma coisa que incomoda muito que nem onde eu moro que é na beira de um córrego, não é no centro da cidade, as ruas não são asfaltadas, não se vê tanto lixo igual aqui(...)

(...)Eu acho que é importante, só que a maioria dos moradores não dá valor a isso, continuando sujando, jogando as coisas pela janela. Eu tô me sentido bem porque sou morador e estou ajudando a reformar o

FIGURAS 7 e 8

Situação do pavimento térreo antes do início das obras e durante as obras, 2000 e 2011.
Fonte: Flávia Brito do Nascimento.



FIGURA 9

Pilares do pavimento térreo em obras, 2011.
Foto da autora.



prédio. Uma obra dessa, bonita, visitada por várias pessoas do mundo inteiro. É a mesma coisa você cuidar de uma pessoa idosa, uma suposição, que não pode fazer mais nada, você tem que fazer tudo por ela, do que cuidar de onde você mesmo mora. Dar valor aquilo, porque se você não der valor onde você mesmo mora ninguém vai dar. O pessoal só vem aqui de visita e mete o pé. O morador vai ficar aqui eterno. Vai passar de mim para os meus filhos, dos meus filhos para os netos. A gente não vai desfazer desse apartamento nunca. Isso aí foi coisa que o meu pai deixou, então vai ficar entre a família mesmo¹⁸.

Enquanto se trabalhava no projeto de restauração do conjunto, o tombamento estadual pareceu à equipe do projeto de restauração uma medida de salvaguarda importante. Como em nível municipal o conjunto já era tombado e em nível federal o processo estava em estudo havia alguns anos, a preservação pelo Estado do Rio de Janeiro, o proprietário do edifício, era o caminho mais adequado. Em fevereiro de 2010, Alfredo Britto, também conselheiro do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), solicitou a esse órgão o tombamento do Pedregulho como “ícone da arquitetura moderna brasileira e reconhecido e exaltado internacionalmente como um marco da arquitetura para habitação de caráter social em todo mundo”. Em fevereiro de 2011 o pedido foi reiterado pela Associação de Moradores do Pedregulho, pouco antes da conclusão definitiva dos estudos pelos técnicos do Instituto e o encaminhamento pela diretora-geral, arquiteta Maria Regina Pontin de Mattos, à Secretária de Estado de Cultura para apreciação e deferimento. O pedido de tombamento fundamentou-se no Pedregulho como:

(...) importante exemplo de um momento significativo da política do Departamento de Habitação Popular do então Distrito Federal. O projeto atendeu com maestria a necessidade de prover o bem-estar social. O arquiteto Affonso Eduardo Reidy (...) e a urbanista Carmen Portinho, diretora do órgão, alcançaram com o Conjunto Pedregulho um patamar de qualidade na história da habitação de cunho social raramente alcançado posteriormente. Assim sendo,

18. Pedregulho (Virgínia Mota, Rio de Janeiro, 2011)

este projeto vem sendo estudado por várias gerações de arquitetos e urbanistas e, portanto, é considerado como possuidor de grande interesse para preservação.¹⁹

A segunda fase da obra foi contratada somente em 2013 (dois anos depois do início da primeira fase) com recursos exclusivos do governo Estado do Rio de Janeiro e estenderam-se até 2015. Esta fase concentrou-se na execução dos serviços de restauração no Bloco A, como a reforma de banheiros e cozinhas dos apartamentos do primeiro pavimento, incluiu-se a restauração e a substituição de revestimento nos corredores e do pavimento intermediário, além da aplicação de revestimento cerâmico das empenas laterais, a recuperação da fachada dos cobogós, sua estrutura e a substituição das esquadrias por outras de alumínio e a restauração dos *brises* de madeira da fachada oeste.²⁰ O aporte de recursos da ordem de 35 milhões de reais permitiu a intervenção em aspectos fundamentais do Pedregulho, que após muitas décadas de abandono pelo poder público havia se deteriorado muito significativamente. Alguns dos problemas mais graves que o Bloco A apresentava eram:

- descaracterização das fachadas por meio da colocação de esquadrias de alumínio, do preenchimento de vãos com alvenaria e das lacunas ou da substituição aleatória dos cobogós;
- trechos faltantes do revestimento litocerâmico das fachadas;
- instalações sanitárias, elétricas e hidráulicas sem funcionamento adequado;
- comprometimento estrutural de todo o edifício, com exposição das armaduras em vários trechos;
- *brises* verticais da fachada nordeste faltantes ou sem funcionamento;
- guarda-corpos do piso intermediário descaracterizados, corroídos e quebrados;
- pastilhas de revestimento dos corredores internos de acesso aos apartamentos cobertas por pintura;
- revestimento cerâmico do piso dos corredores e do nível 3 estufados, faltantes, quebrados ou com intervenções inadequadas;

19. INEPAC, *Processo n. E-18/000.463/2011, Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, Pedregulho*.

20. Apresentação em Power Point das primeira e segunda fases do Projeto de Restauração do Conjunto Residencial do Pedregulho, elaborada pela Cehab-RJ, Pontual Arquitetura e Concrejato.

- esquadrias dos apartamentos voltadas para os corredores internos substituídas por outras em alumínio;
- grades de fechamento nos corredores de acesso aos apartamentos;
- antenas de televisão expostas nas fachadas;
- profusão de varais na fachada sudeste para a secagem das roupas;
- ausência de coleta de lixo adequada;
- problemas de abastecimento de água;
- inadequação das instalações elétricas e de telefonia às necessidades contemporâneas.²¹

O projeto de restauro nas duas fases de obras realizadas até 2015, as quais custaram um total de R\$ 45 milhões, enfrentou e propôs soluções a tais questões, com foco no Bloco A. A equipe coordenada por Alfredo Britto foi composta por profissionais de formação diversa,²² inclusive por uma assistente social, que durante o processo de obra serviu como mediadora entre os moradores e a equipe. O porte da obra, realizada no maior ícone da habitação social brasileira com os moradores no local, trouxe desafios de toda ordem à equipe, moradores e operários.

Um dos aspectos mais difíceis, tanto do ponto de vista técnico quanto social, foi a troca das esquadrias dos apartamentos voltados para a fachada oeste. Embora o desenho da esquadria fosse de alta qualidade e compusesse uma das fachadas do edifício, ao longo do tempo, seja por falta de manutenção, seja por não atenderem às expectativas estéticas e funcionais dos moradores, elas foram substituídas uma a uma. O seu funcionamento em guilhotina e a madeira como material dificultou sua permanência. Em muitos casos, trocava-se a janela original por esquadria de alumínio, construindo-se um guarda-corpo em alvenaria que era pintado de azul na fachada, remetendo à janela original. Segundo os moradores, o modelo de piso-teto da janela, com venezianas na parte de baixo e de cima, não trazia o conforto térmico esperado, pois o edifício era atingido por fortes ventos, que geravam inclusive muito barulho. No momento da obra, das 272 esquadrias originais, restavam apenas oito (BRITTO 2015, p.104-106).

21. Idem. Entrevistas com o arquiteto Alfredo Britto realizadas entre 2010 e 2015.

22. A equipe de obra contou com os arquitetos Ubirajara Mello e Lisa Erling. Mello; ERLING, Op. Cit., 2011.

FIGURA 10

Situação das esquadrias da fachada oeste do Bloco A antes da restauração. Fonte: Alfredo Britto, 2004.



Alfredo Britto explica que após longa negociação com os moradores que, após tantos anos, entendiam as esquadrias que haviam colocado como um direito e uma melhoria, decidiu-se pela substituição de todas as esquadrias da fachada oeste (a mais visível do Bloco A) por outras confeccionadas com o desenho similar. Em vez de madeira, foram confeccionadas em alumínio e pintadas exatamente no mesmo tom de azul das originais. Essa solução, muito debatida também entre especialistas, teve o intuito de resgatar o desenho original do projeto e, ao mesmo tempo, garantir uma sobrevivência ao patrimônio pela vantagem da durabilidade do material. Por exigência dos próprios moradores, a faixa inferior de venezianas não funcionará mais como elemento de aeração. A solução adotada manteve o desenho de veneziana, mantendo, dessa forma, o aspecto plástico do conjunto com vedação interior em placa de *drywall* (BRITTO 2015).

Além disso, foi previsto local para aparelhos de ar-condicionado nas esquadrias da fachada do edifício. Tais aparelhos não estavam no projeto original, mas entraram nos apartamentos pouco a pouco, conquistando lugar à medida que as janelas eram substituídas e que as condições materiais dos moradores se mostravam melhores. Na impossibilidade de exigir sua retirada, o que no calor do



FIGURA 10
Vista geral do Bloco
A após restauração.
Fonte: Alfredo
Britto, Pedregulho,
um sonho pioneiro
da habitação
social, 2015.

verão carioca seria mesmo impossível, optou-se por disciplinar a sua instalação, com local adequado. Um detalhe que pode ser pequeno, mas que mostra como as apropriações e usos dos moradores ao longo do tempo nos edifícios residenciais dão significado novo aos paradigmas de projeto do moderno (como a do conforto térmico na arquitetura da chamada Escola Carioca) e se legitimam para ficar (BRITTO, 2015, p.107).

Do mesmo modo, as esquadrias dos sanitários e das cozinhas voltadas para a circulação também foram alteradas ao longo da história do conjunto e a maioria já estava modificada e substituída. A restauração recolocou todas as esquadrias com os desenhos originais, mas com fabricação em alumínio pintada na cor cinza original.²³ Para estabelecer adequadamente a paleta de cores do Bloco A, fizeram-se prospecções estratigráficas no conjunto que ajudaram a determinar as tonalidades dos novos materiais a serem inseridos,

23. Pesquisa de campo no Conjunto Residencial do Pedregulho.

como o piso dos corredores e áreas comuns (que foi inteiramente trocado), dos guarda-corpos, dos pilares revestidos em granitina e também dos cobogós (BRITTO 2015, p.114).

Os cobogós são um elemento muito especial na composição do Conjunto Residencial do Pedregulho. Foram utilizados com os *brises* em quase todas as edificações do conjunto, com formas variadas, sempre para servir como fechamento de áreas de circulação ou ambientes de passagem. No Bloco A foram instalados nos corredores de acesso às unidades habitacionais. Os longos corredores sinuosos do Bloco A são uma visualidade importante do conjunto, fotografados e divulgados à exaustão. Com o passar dos anos, o uso e a falta de manutenção pela proprietária do imóvel, a Cehab-RJ, levou à sua substituição progressiva pelos moradores. Como não há no mercado peças cerâmicas iguais às originais, elas foram substituídas por outras de formatos variados de comercialização corrente. Essa foi uma percepção importante, por parte dos moradores, da singularidade e da linguagem da obra, já que procuravam manter, na medida do possível, uma característica singular do edifício. O aspecto de “colcha de retalhos” que os panos com peças faltantes ou substituídas aleatoriamente causava era, juntamente com as esquadrias e as roupas penduradas nas fachadas, um dos aspectos que mais causava incômodo nos visitantes. A idealização da obra original como fotografada no momento da sua inauguração era uma constante que a distanciava, em realidade, de sua aparência com as marcas do tempo. Ou seja, utilizado há anos, sem qualquer manutenção pelo Estado e acumulando as marcas do uso. Diante da enorme dificuldade de achar fornecedores para a confecção de novas peças (processo que consumiu dois anos), a opção da equipe de restauração foi substituir a maior parte dos panos de cobogós. Só havia viabilidade econômica na confecção de novas peças se elas fossem feitas em grande quantidade. Deste modo, as cerca de oito mil peças que ainda existiam foram retiradas, limpas e instaladas em um único pano de cobogós no Bloco A6. Nas demais áreas foram instaladas peças novas (BRITTO 2015, p.111)²⁴.

Assim como os cobogós, as cerâmicas de revestimento dos pisos dos corredores e áreas comuns instaladas na época da construção do edifício estavam fora de linha há anos. Em alguns pontos havia substituições posteriores com peças muito similares às originais, mas que não resistiram

24. Pesquisa de campo no Conjunto Residencial Pedregulho



FIGURAS 12 e 13

Painel de cobogós antes e depois da restauração.
Fonte: Flávia Brito do Nascimento, 2004 e 2015.

à ação do tempo, estando quebradas ou desgastadas em diversos pontos. A solução foi usar peças de fabricação antiga, existentes no mercado (pois fazer peças inteiramente novas era inviável devido aos altos custos), similares no dimensionamento e na tonalidade cromática. O assentamento em “espinha de peixe”, necessário diante da plasticidade formal do edifício sinuoso e pela característica do material de revestimento, apresentou muitas dificuldades de execução (BRITTO 2015, p.113).

A porta de entrada dos apartamentos foi também objeto de inúmeras negociações. As portas foram substituídas ao longo do tempo, em nome da valorização (maior *status* social) ou da segurança. Muitos rejeitaram a porta original com visor de placa interna com deslocamento manual, alegando que ela era insegura. A decisão final do projeto de restauração foi pela instalação de portas similares às originais, de madeira pintada, porém com visor óptico, uma demanda dos moradores (BRITTO 2015, p.1013).

No desafio de restauração do Pedregulho, a equipe coordenada por Alfredo Britto esteve lastreada em métodos e critérios estabelecidos historicamente pelo campo disciplinar da restauração, como explicitado nos documentos para o restauro e nas soluções de projeto e obra. Buscando rigor teórico e técnico nas etapas de análise e estudo e no período de execução das obras, a equipe enfrentou desafios inéditos e muito complexos de ordem humana, financeira e técnica. Restaurar um edifício de habitação popular, ícone da arquitetura moderna brasileira, mas com histórico de abandono pelo poder público, impôs tencionar a prática e a teoria do campo do restauro. Embora, como já postulamos em outra



FIGURAS 14 e 15

Piso dos corredores antes da restauração e durante a fase de obras, vendo-se os detalhes do assentamento em espinha de peixe. Fonte: Flávia Brito do Nascimento.

ocasião,²⁵ para a arquitetura moderna os critérios não sejam diferentes dos de obras épocas outras, os problemas de conservação enfrentados (como é próprio de obras com esta magnitude) foram muito singulares. Somente com o conhecimento profundo do edifício, de sua construção e história, é que foi possível propor soluções que o atualizasse como moradia social no século XXI e o respeitasse como bem cultural.

As dificuldades técnicas e econômicas foram enormes e, em algumas situações, impuseram soluções, no caso dos cobogós e dos pisos das áreas comuns que precisaram ser substituídos integralmente, mantendo o testemunho original em um ponto do edifício. Em outras, como nos *brises* de madeira do piso intermediário, a restauração da matéria original foi possível diante da escala e a especificidade do material. No caso das esquadrias, a solução encontrada compatibilizou a demanda dos moradores (que negavam a volta das janelas anteriores, consideradas inviáveis) e a visualidade da obra arquitetônica em que as janelas eram elemento constituinte. Ao projetar novas janelas que mantiveram o aspecto das originais (que praticamente já não existiam mais), mas com material mais leve e corrigindo os problemas anteriores (excesso de peso e exposição às intempéries e demanda por ar-condicionado), mostrou-se respeito ao edifício como bem cultural e como testemunho histórico, possibilitando a sua função útil à sociedade.

Os atores sociais envolvidos no processo (moradores, Associação de Moradores do Conjunto Residencial Pedregulho, Cehab-RJ e construtora Concrejato) demandaram soluções e, ao mesmo tempo, foram demandados pela equipe de restauro em busca pela viabilidade das soluções e do comprometimento com os problemas enfrentados. Deste modo, o resultado do projeto

25. NASCIMENTO, Op. Cit., 2011, Capítulos 8 e 9.

de restauração do Bloco A é uma combinação da busca de uma imagem ideal de um ícone da arquitetura moderna brasileira e, ao mesmo, tempo, de sua atualização como moradia social, atendendo às demandas do presente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A OBRA RESTAURADA E OS DESAFIOS PARA O FUTURO PRÓXIMO

Ao longo de sua história o Conjunto Residencial do Pedregulho sofreu em demasia com o abandono pelo poder público e a separação administrativa das unidades residenciais dos equipamentos que o compunham. Os edifícios de habitação ficaram com a Cohab e os serviços adjacentes com a Fundação Leão XIII. Os jardins ficaram sem tratamento adequado, permanecendo como áreas públicas. A pequena área junto à escola e ao Bloco B1 foi reformada nos anos 1980, mas o estado de abandono e degradação é evidente. A mudança de uso ou o abandono dos edifícios adjacentes à moradia, como a lavanderia, o posto de saúde e a creche, o isolamento da escola do restante do conjunto, a divisão dos moradores do serpenteante Bloco A dos blocos B1 e B2 pelas diferenças socioeconômicas e a degradação dos elementos caracterizadores foram alguns dos problemas elencados. A restauração do Bloco A foi, portanto, o primeiro grande desafio enfrentado no caminho de recuperação do conjunto residencial.

Após tantos anos de abandono pelo poder público, os problemas materiais do Pedregulho foram enfrentados cotidianamente pelos moradores. Se em levantamento feito em 2004 pela equipe técnica de restauração as demandas dos moradores refletiam o sentimento de salvaguardar aquilo que sentiam como seu, após as obras tal sentimento de pertencimento fortaleceu-se. Os moradores ansiavam, nesses anos todos, por medidas que melhorassem as condições de habitabilidade dos edifícios. Muitos se referiram à necessidade do restabelecimento dos equipamentos comuns e a melhoria do Clube do Bolinha, equipamento de lazer construído posteriormente junto ao Bloco A, intensamente utilizado. Os problemas cotidianos, como estacionamentos, a coleta de lixo e a complexidade de sua retirada, diante do não funcionamento dos dutos coletores de lixo previstos originalmente, foram frequentemente citados. Além disso, externou-se a necessidade da reforma dos prédios,

com conserto de cobogós e pintura²⁶.

Tais demandas foram, em grande parte, aplacadas pelas obras no Bloco A. Entretanto, algumas questões muito importantes ainda permanecem por serem atendidas. A mais importante delas é a titularidade das unidades. Com o fim do Departamento de Habitação Popular, em 1962, houve o plano de venda dos apartamentos, o que acabou não acontecendo. Os edifícios residenciais são de propriedade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas o terreno pertence à União, gerando intrincado problema administrativo para a efetivação da venda. O que ocorre na prática é que os moradores repassam as unidades por meio de registro em cartório, e assim garantem sua “posse”. São diversos contratos de gaveta que são feitos a cada ano, sem que isso gere o compromisso de administração efetiva do conjunto. A formação de condomínio fica, desse modo, comprometida. Essa é uma preocupação externada pela Associação de Moradores, que aponta as dificuldades com a administração da Cehab-RJ, que é quase inexistente, e necessidade de fazê-la por meio da associação, que nem sempre é vista como legítima pelos moradores.

Outras questões ainda precisam ser equacionadas, seja por obras, seja na fase de gestão do conjunto após as obras do Bloco A. A desativação da lavanderia é um dos temas centrais para os moradores do conjunto. Há décadas sem a sua existência, eles dão soluções no âmbito privado, como a instalação de tanques e máquinas de lavar nos banheiros, e os varais eram colocados no lado de fora, tanto na fachada sudeste (para os apartamentos duplex), como na fachada nordeste (nos apartamentos conjugados). A instalação dos varais comprometia a leitura da fachada na sua visualidade e na sua integridade, pois era necessário trocar as esquadrias originais em madeira e veneziana por outras que dessem melhor acesso ao exterior. Ademais, geravam-se conflitos entre os moradores que tinham que conviver com os varais dos vizinhos e sua secagem de roupas. As fachadas também eram comprometidas por estar constantemente expostas à água.

Algumas possibilidades de solução foram aventadas, como a utilização da cobertura como área de serviço coletiva, recuperando a solução dada pelo Departamento de Habitação Popular para o Conjunto Residencial Marquês

26. As solicitações dos moradores do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes foram apresentadas em reunião no dia 13 de novembro de 2004, com os representantes dos blocos B₁, B₂, A e a equipe técnica do GAP/Grupo de Arquitetura e Planejamento.

FIGURA 16

Edifício da antiga
lavanderia e
mercado do
Pedregulho, 2004.



de São Vicente. Mas durante as reuniões de obra o arquiteto Alfredo Britto, em consenso com os órgãos de preservação, descartou a hipótese, pois contaria muito no volume do Bloco A, o que ainda não ocorreu. A possibilidade mais considerada foi o uso de parte do pavimento térreo do bloco. Considera-se, ainda, a retomada do edifício da lavanderia para seu local original, cujo estado de conservação é extremamente precário. Os moradores do Bloco A mostraram resistência a essa solução, em razão da distância. Para os moradores do Bloco B, a lavanderia original parece mais viável, mas o seu problema com as roupas é menos grave, já que contam com a varanda para estender as roupas. A continuidade da obra de restauro em todo o conjunto é fundamental para que o problema seja sanado. De modo contrário, após todo o esforço e gasto da obra de restauro, as roupas continuarão sendo estendidas na fachada, comprometendo sua manutenção

física, tal como na situação anterior.²⁷

Outro problema evidente é o aumento do número de carros entre os moradores, o que levou à construção de garagens cobertas com telhas de amianto em frente ao Bloco A. Elas são tema emergencial no conjunto, primeiro porque comprometem o uso do espaço público, segundo porque geram interferências visuais (são cobertas precariamente) na compreensão dos edifícios. Algumas soluções foram vislumbradas, como a criação de garagens no térreo, ou a utilização de espaços livres do terreno, pouco abaixo do Bloco A, com o inconveniente de serem descobertas. Essa solução foi veementemente rechaçada pelos moradores, o que fez com que as garagens fossem mantidas no local atual, impedindo o cercamento da unidade residencial como um todo (esta também uma demanda importante dentre os moradores). A solução indica no projeto de restauração foi a da utilização de parte do pavimento térreo do Bloco A, que seria também ocupado pela lavanderia coletiva. Tal encaminhamento não aconteceu com o término das obras de restauração. Para a retirada dos “puxadinhos” de cobertura dos carros seria necessário que outra solução fosse acordada entre os moradores e gestores do conjunto.

Com a desativação dos dutos coletores de lixo previstos no projeto, a coleta do lixo foi organizada pelos moradores de modo informal. A Associação de Moradores mantém um sistema de coleta seletiva de lixo, mas nem sempre os moradores a utilizam. As queixas do lixo atirado pela janela ou espalhado no terreno são frequentes. É um dos problemas que mais chocam visitantes e incomodam moradores. Pela legislação de segurança, não se viabiliza hoje a reativação dos dutos de lixo. Mesmo que fosse possível, sua reativação levaria à ocupação de parte do pavimento térreo com a coleta (onde desembocam os dutos), o que dificultaria seu uso como garagem ou lavanderia.

A segurança é um tema muito mencionado pelos moradores, que demandam o gradeamento do terreno. Ele estava no escopo das obras emergenciais, mas sua instalação completa esbarrou nas ocupações ilegais do lote, nos pequenos comércios, moradias, e até nos estacionamentos dos moradores do Bloco A, que se recusam a removê-los, como já mencionamos. Os blocos B1 e B2 estão cercados há algum tempo, bem como a escola, o que

27. Entrevista com Alfredo Britto em 2015 e trabalho de campo do Conjunto Residencial do Pedregulho.

cria pequenos fragmentos no conjunto e transformam a ideia original do urbanismo moderno de rompimento do lote. Há um evidente fracionamento do conjunto, mas que é coerente com a história da construção e ocupação do conjunto residencial.

Finalmente, fica a pergunta sobre em que medida é possível recuperar os usos previstos em projeto das áreas que estão em abandono? O pavimento intermediário que deveria abrigar uma creche e pequenos comércios está pouco utilizado e sua ocupação depende do gerenciamento direto da Cehab-RJ, proprietária do edifício. A cessão dos espaços e seu uso em parceria com a Associação de Moradores resolveria algumas das demandas dos moradores que se ressentem de serviços próximos. Todos esses são desafios que devem ser enfrentados brevemente, sem o que, todo o esforço e os recursos para o restauro serão sem efeito. Para Alfredo Britto, a tarefa urgente do período pós-obras era criar uma Comissão Permanente de Manutenção do edifício de modo que as demandas por reparos e novas intervenções sejam resolvidas adequadamente:

O ideal é que ela [Comissão Permanente de Manutenção] tenha formação tripartite, incluindo representantes dos moradores (lideranças na comunidade local), da sociedade civil interessados na preservação desse patrimônio e também do poder público estadual (Cehab-RJ). Caberia a essa comissão elaborar as regras, os manuais e as condições da futura vida coletiva, além de criar os mecanismos de controle e monitoramento da manutenção e conservação do conjunto e, por último, exercer a sua gestão (BRITTO, 2015, p.124).

As questões que emergem do contato com o edifício e dão conta de um lugar densa e vivamente ocupado, cuja restauração, realizada ainda que parcialmente, teve como fim sua valoração como patrimônio cultural. Os desafios que se colocam daqui para frente são os de uma obra que está perpetuada às gerações futuras, na condição de habitação e de patrimônio cultural, que deve se adequar às condições de vida do século XXI, seja por ação particular de seus moradores ou por força das obras realizadas pelo Estado. O Pedregulho restaurado, ainda que em parte, impõe novas questões quanto à gestão e administração das unidades. Embora siga sendo um edifício de habitação popular (LEMOS, 2015) a valorização imobiliária parece

ser uma realidade que se anuncia (LOPES, 2016). Como os moradores se manterão em suas casas e de que forma o prédio restaurado irá criar um efeito de valorização da área são questões ainda em debate. O que se sabe é que os problemas de uso e manutenção continuarão os mesmos se medidas adequadas não forem tomadas. O pioneirismo da restauração de uma obra de habitação social no Brasil como a realizada no Pedregulho não permite inferir os caminhos que o bem cultural, como organismo vivo e habitado, poderá assumir nos tempos futuros. Parece-nos que as ações de gestão e administração do bem público devem reiterá-lo como moradia popular, fornecendo condições para que se mantenha como testemunho da história da habitação social no Brasil e seja valorizado por seus atributos sociais, históricos, simbólicos, cognitivos, culturais e de uso.

REFERÊNCIAS

- BRITTO, Alfredo (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
- BONDUKI, Nabil (org.). Affonso Eduardo Reidy. São Paulo: Editorial Blau, 2000.
- BONOMO, Umberto. *Las dimensiones de la vivienda moderna: La Unidad Vecinal Portales y la producción de viviendas económicas en Chile. 1948-1970*. (Doctorado en Arquitectura y Estudios Urbanos) – Facultad de Arquitectura Diseño y Estudios Urbanos, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile, 2009.
- CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. *Arquitetura em revista: arquitetura moderna no Brasil e sua recepção nas revistas francesas, inglesas e italianas (1945-1960)*. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR. *Relatório do Serviço Social*. Rio de Janeiro: DHP, 1961.
- GRUPO DE ARQUITETURA E PLANEJAMENTO - GAP. *Plano estratégico – projeto de recuperação do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes/Pedregulho*. Rio de Janeiro: GAP/Cehab, 2004.
- INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL – INEPAC. *Inventário dos bens imóveis e de interesse histórico e artístico do Estado do Rio de Janeiro. Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes - Pedregulho, 1977*.
- LEMOS, Renato. Pedregulho, uma paisagem humana. In: BRITTO, Alfredo (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

LOPES, Verônica. Moradores do Pedregulho comemoram revitalização. *RJ Notícias*, 1 jan. 2016.

MEDINA, Esther. Estado inaugura revitalização do Pedregulho. *RJ Notícias*, 11 set. 2015.

MELLO, Ubirajara; ERLING, Lisa. Restauração do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho. In: *Anais do 9º Seminário Docomomo Brasil*. Brasília, 2011.

MENDES DE MORAES. Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro. Disponível em: <www.cehab.rj.gov.br/pred>. Acesso em: 7 dez. 2016.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: Edusp, 2016.

_____. Moradias para o Rio: o Departamento de Habitação Popular da Prefeitura (1946-1962). In: BRITTO, Alfredo. (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

_____. *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.

_____. Carmen Portinho e o habitar moderno: teoria e trajetória de uma urbanista. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, p. 69-82, 2007.

NAZARETH, Oswaldo. Conjunto Pedregulho, de Afonso Eduardo Reidy. Campanha do IAB-RJ para restauração imediata. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 9, n.099.04, Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.099/1871>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

NOBRE, Ana Luíza. *Carmen Portinho: o moderno em construção*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/PCRJ, 1999.

RIBAS, Cristina; LEMOS, Beatriz (org.). *Pedregulho: residência artística no Minhocão*. Rio de Janeiro: Instituto Cidades Criativas / ICC, 2010.

SILVA, Helga Santos. *Arquitetura moderna para a habitação popular: a apropriação dos espaços no Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.